

Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba - URSS

Marcos Antonio da Silva¹

Resumo

O presente trabalho analisa as relações entre Cuba e URSS procurando discutir seus principais contornos e consequências. Neste sentido, procura demonstrar que, dentro dos marcos da Guerra-Fria, tal relação foi complexa e determinada pela combinação tensa entre a dependência (em certas áreas) e uma autonomia relativa na esfera internacional, principalmente, no envolvimento com movimentos revolucionários e terceiro-mundistas na América Latina e África.

Palavras-Chave: Cuba; Guerra Fria; Dependência; Autonomia Relativa.

Abstract

This paper analyzes the relationship between Cuba and the USSR trying to discuss its main contours and consequences. In this sense, argues that, within the frameworks of the Cold War, this relationship was complex and determined by combining tense between dependence (in certain areas) and a relative autonomy in the international arena, especially in engagement with revolutionary movements and third-world countries in Latin America and Africa.

Keywords: Cuba; Cold War; Dependence; Relative Autonomy.

Introdução

Para os mais jovens, a Guerra Fria parece um fenômeno do passado remoto tendo pouca relação com o contexto atual. Tal percepção é superficial em termos gerais e equivocada no caso cubano. Não à toa, dois estudiosos (Jorge Domínguez e Emir Sader) de matrizes políticas diferentes publicaram, mesmo depois do fim da Guerra Fria, artigos que remetiam a esta questão².

¹ Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do LIAL (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina)- UFGD.

No caso cubano, a continuidade da Guerra Fria está presente, apesar das reformas e mudanças recentes, em múltiplas dimensões e com seus contornos dramáticos e heróicos tanto na política interna como internacional.

A relação de Cuba com a URSS foi um dos elementos fundamentais da Guerra Fria na segunda metade do século XX. Além de ser a principal aliada, e vitrine, do socialismo soviético no hemisfério ocidental, a Revolução Cubana tornou-se fonte inspiradora de movimentos revolucionários em toda a América Latina e África. A importância desta relação para todo mundo pode ser percebida, entre outras coisas, nos dramáticos acontecimentos da Crise dos Mísseis em 1962, que consensualmente é apontada como o momento mais tenso da relação entre as superpotências ao ter colocado o mundo à beira do conflito nuclear.

Apesar disto, não há, até onde podemos pesquisar, um balanço completo e exaustivo desta relação. O que temos são análises que procuram reconstituir historicamente a dinâmica de tal período, estudos direcionados a percepção e a atuação das superpotências e seus interesses na esfera internacional (em que se destacam análises ou percepções globais- historiográficas sobre a Guerra Fria) ou, em geral, análises parciais que enfatizam a ajuda soviética em termos econômicos e militares para o processo de construção do socialismo cubano.

Desta forma, este trabalho procura preencher uma lacuna evidente ao contribuir para a instauração de um debate acadêmico necessário e instigante. Para isto procura apresentar e analisar os principais contornos da relação Cuba - URSS realizando um balanço que, de certa forma, nos ajuda a compreender alguns elementos do cenário internacional e da atualidade cubana.

Para tanto, além desta introdução este artigo se estrutura da seguinte forma. A seguir, apresentamos alguns elementos para a compreensão da Guerra Fria, tendo em vista diferentes abordagens das áreas de relações internacionais e história. Posteriormente, analisamos a relação Cuba - URSS discutindo sua origem, os diferentes planos de interação e um balanço indicativo disto para a revolução cubana, demonstrando que tal relação foi marcada pela combinação tensa entre dependência e autonomia

² Os artigos são de Emir Sader “Quem tem medo de Cuba?”, publicado na *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 26 de setembro de 2003, Caderno Brasil; e o outro de Jorge Domínguez, “Cuba y la Eterna Guerra Fria”, publicado em *Foreign Affairs en español*, 1, no. 3 (Fall-Winter 2001), pgs. 29-33. Recentemente pode-se mencionar o livro de Fernando Morais “Os últimos soldados da Guerra Fria”, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

relativa. Finalmente, nas conclusões, retomamos as ideias principais apontando que, sobre o tema, ainda há um vasto campo a ser pesquisado por diversas áreas.

Revisitando a Guerra Fria: dinâmica e desenvolvimento da ordem internacional no século XX

Apesar de seu fim relativamente recente, a Guerra Fria ainda desperta inúmeras questões importantes para a reflexão sobre a política internacional. Desta forma, pode-se destacar que análises sobre a natureza, a dinâmica e os impactos de tal período da história mundial podem ser instigantes para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento; bem como o debate teórico sobre este e as novas abordagens que emergiram de seus escombros continuam desafiando nossa compreensão sobre o sistema internacional, ainda indefinido neste novo século.

Quanto as explicações sobre a natureza de tal conflito, como aponta Halliday (1994), quatro grandes interpretações procuraram captar sua essência: a explicação “realista” que afirmava que esta não era diferente de outras formas de conflito por um poder maior, diferenciando-se apenas em seu formato; a “internalista”, para a qual tratava-se de um mecanismo dos grupos dominantes dos dois blocos para controle de sua população e de seus aliados; a abordagem da “percepção errônea” que a via como engano, como um exagero de diferenças ideológicas e como um conflito resultante de percepções históricas e individuais equivocadas; e, finalmente, a “intersistêmica” que apontava que esta era uma guerra entre dois sistemas rivais em que um desejava prevalecer sobre o outro. Destas, a escola realista foi impulsionada de tal forma, que tornou-se a referência básica nos estudos internacionais até a atualidade.

No entanto, consideramos, como o autor mencionado, que a abordagem intersistêmica é fundamental por captar os diversos elementos e a dinâmica de tal conflito, por fornecer uma explicação plausível sobre seu fim e as consequências para o cenário internacional e, ainda, por contribuir para a compreensão das relações (e as consequências destas) entre Cuba e URSS.

A noção de *conflito intersistêmico* se refere a “um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade - militar, política, e econômica - são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais” (HALLIDAY, 1999, p.186).

Isto significa que o embate pode ser compreendido em termos de universalidade, ou seja, da disputa entre valores que deveriam organizar toda a sociedade internacional, em torno do capitalismo ou socialismo, o que não aparece na ideia de equilíbrio de poder ou em outras análises sobre a Guerra Fria, complementando o padrão tradicional de compreensão das relações internacionais que enfatiza a disputa de poder entre os estados que, apesar de necessário, é insuficiente para o entendimento deste período das relações internacionais.

O desenvolvimento deste tipo específico de conflito internacional se estruturou a partir de três proposições básicas:

(...)a- a rivalidade Leste-Oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; b- esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e c- somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. Desta forma, destaca-se que tal ordem teve um caráter específico no sistema internacional, não percebido pelas teorias convencionais, em que a disputa pelo poder passava pela obtenção de uma nova homogeneidade, isto é, o conflito só poderia terminar com o predomínio de um lado e, não por convergência ou compromisso. Enquanto existisse um dos lados a Guerra Fria não poderia terminar. E isto foi relativamente reconhecido pelos dois lados. Do lado soviético, a necessidade de uma revolução mundial, ainda sob Lênin, ou a teoria dos dois campos de Stalin e a da “correlação de forças” de Brejnev. Do lado ocidental, o desenvolvimento da teoria de disputa entre dois mundos, o livre e o comunista, que atingiu políticos e militares (HALLIDAY, 1999, p. 205).

Quando visto desta forma, também se amplia a explicação sobre as razões efetivas do esgotamento e colapso da URSS e seu bloco. Os fatores tradicionalmente apontados (os custos da corrida armamentista, as pressões econômicas e o custo do apoio militar e comercial aos aliados)³ embora importantes não são suficientes para explicar as razões do colapso do socialismo soviético e devem ser complementados por dois outros elementos, demonstrando o esgotamento da viabilidade e do poder de atração de tal experiência: a perda da crença, primeiro na população e, em seguida, na própria

³ Nestes casos seria necessário agregar alguns esclarecimentos: no que se refere à corrida armamentista, apesar de representar cerca de 25% do PIB soviético (enquanto que o gasto americano representou algo entre 5% a 10%) o peso fundamental deste fator refere-se à eficiência da alocação de tais recursos e nos mecanismos de interlocução com o setor civil, que foram ignorados pela liderança soviética, tornando onerosa a corrida armamentista, mas não a ponto de provocar seu colapso; em relação as pressões econômicas deve-se considerar que a interação comercial com o mundo capitalista, que se aprofunda a partir dos anos 60, teve como efeito o fortalecimento do sistema soviético no curto prazo, que pode ser demonstrado pelos altos preços do petróleo, produto exportado a partir da exploração na Sibéria, e as importações de trigo que ofuscaram o fracasso na agricultura; porém, no longo prazo os efeitos foram inibidores, já que como destacamos anteriormente, as mudanças necessárias foram adiadas diante dos benefícios imediatos; e finalmente, em relação ao custo do apoio econômico e militar aos aliados, principalmente do Terceiro Mundo. No entanto, é preciso ressaltar que neste caso, os custos maiores foram no campo diplomático, as transferências seguiam um outro padrão e os soviéticos se beneficiavam de certos produtos, como demonstra o caso cubano (HALLIDAY, 1999, p. 153-163).

liderança, da superioridade do modelo soviético e a dinâmica interna do processo de construção do socialismo neste país.

Estes elementos tornam-se evidentes nos anos 80, quando atingem a crença na liderança do país e - como as iniciativas de Gorbachov demonstraram - a perda na crença e na capacidade do regime socialista soviético em superar o capitalismo na maioria das áreas e de constituir-se num modo superior de produção e organização social e política. Internamente, tal desconfiança em relação à superioridade do regime já havia atingido parcelas significativas da população, principalmente os setores médios, desde o fim da era Kruschev, como aponta Kagarlitsky (1993).

Sendo assim, segundo Halliday (1999), no caso da liderança, o exemplo de Gorbachev parece ser emblemático: bastaram cinco minutos num supermercado canadense de médio porte para a questão ficar clara; e seus discursos pós-85, ao enfatizarem a comparação com indicadores ocidentais apontam os limites da sociedade socialista soviética⁴.

A ênfase nos limites e consequências impostos pelo conflito intersistêmico não invalida a importância da análise dos fatores domésticos, relacionados à natureza e às características do socialismo soviético como o outro lado deste colapso. Com isto, queremos afirmar que o processo de construção do socialismo soviético, com suas particularidades, desafios e dinâmicas nos permitem captar melhor as opções e o destino final desta experiência. O que sugerimos, portanto, é a combinação dos desafios da política internacional, o *conflito intersistêmico*, que demandaram um esforço para universalizar a experiência socialista com os dilemas da política interna, o cenário doméstico, que envolve os percalços da construção do socialismo que durante muito tempo foi orientado e limitado pela “construção do socialismo em um só país”. De qualquer forma, o que se quer destacar é que tal experiência foi perdendo sua viabilidade e poder de atração, atingindo todo o ideário socialista, daí a necessidade de reflexão sobre estas experiências e de atualização de tal ideário para torná-lo novamente viável e atraente. Como aponta Hobsbawn:

Mas não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante

⁴ Segundo Kagarlitsky, “No início dos anos 80, o Estado soviético, segundo uma comparação perspicaz de Bulat Okudzhava, fazia lembrar o Império Romano na era de seu colapso. A crise de controle desmoralizou os círculos dominantes e minou a fé na viabilidade do sistema ainda mais do que a redução do crescimento da economia e a crescente insatisfação do povo” (KAGARLITSKY, 1993, p. 44)

economia capitalista mundial. (...) Quando os líderes soviéticos na década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis(...)) em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema, cavaram suas próprias covas. O paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a detente. (HOBBSAWN, 1995, p. 247-248).

Outro aspecto importante refere-se a sua periodização e os impactos disto na relação mencionada. Para Hobsbawn (1995), tal período (a Guerra Fria) não foi tão homogêneo como parece, e pode ser dividido em duas metades, tendo como divisor os anos 70. Para outros pesquisadores, foram quatro as etapas: a) Primeira Guerra Fria (1947-1953); b) Antagonismo Oscilatório (1953-1969); c) Detente (1969-1979); d) Segunda Guerra Fria (1979-1989). Nestas, além da diferenciação da dinâmica do conflito, podemos observar que este impactou as relações cubano-soviéticas, principalmente nos três últimos períodos. Nestes deve-se considerar o estabelecimento de relações e os acordos e, principalmente, a Crise dos Mísseis como elementos do antagonismo oscilatório; a adesão a CAME e o envolvimento em movimentos nacionalistas e revolucionários na África e América Latina para a Detente; e, finalmente, a orientação das reformas (*perestroika* x correção de erros) no período final que demonstram a complexidade das relações mencionadas. Estes elementos apontam para a dicotomia dependência e relativa autonomia como destacaremos na próxima seção.

Finalmente, vale a pena ressaltar os impactos do fim da guerra fria para o sistema internacional e as tentativas de compreensão da nova ordem mundial. No primeiro caso, deve-se destacar que, apesar da retórica de instauração de uma era de paz e prosperidade, o mundo pós-guerra fria mostrou-se mais inseguro, caótico, conflitivo e desigual. Como apontam Hobsbawn (1995) e Halliday (1994), os conflitos de poder e velhas rivalidades ou preconceitos nas diversas regiões puderam ressurgir, ocorreram mudanças no mapa interestatal, o mundo foi inundado de armas, a relação amigo-inimigo tornou-se opaca e, principalmente, o conflito Norte-Sul, talvez essencial no mundo contemporâneo, adquiriu novos contornos, consolidou uma ordem desigual e parece servir como base para a compreensão dos conflitos do século XXI (fontes energéticas, migração, desigualdades, etc.) Em suma, como aponta Hobsbawn:

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A idéia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma "nova ordem" baseada na única

superpotência restante, logo se tornou irrealista. (HOBSBAWN, 1995, p. 251).

Na tentativa de compreensão desta nova ordem surgiram diversas abordagens teóricas que, apesar dos esforços e de sucessos parciais, ainda encontram dificuldades para captar a essência e a dinâmica da nova ordem mundial neste novo século, afirmando-se mais como explicações conjunturais do que como abordagens suficientes para captar os contornos desta. Neste sentido, emergiram análises que procuram analisar o papel das instituições internacionais, o retorno da dimensão cultural e a nova legitimidade de estudos de caráter normativo. Além disto, as mudanças estruturais de um sistema bipolar para outro, multipolar ou unipolar, também são discutidas no contexto de quadros tradicionais de análise das relações internacionais (HERZ, 1997).

Diante do que foi apontando acima, quando se analisa a relação de Cuba com a URSS, nos marcos da Guerra Fria, a discussão fundamental, que orienta este trabalho, é a compreensão da natureza de relações que se estabeleceram e o grau de dependência ou autonomia que gozava o país. Isto porque, como se sabe, a análise clássica (realismo) sobre o equilíbrio de poder nos diversos momentos históricos aponta que a ordem bipolar que orientava a Guerra Fria era extremamente rígida e determinada pelas superpotências (PECEQUILO, 2004; ARON, 2001). Ou seja, a divisão do mundo em dois blocos limitava as possibilidades de inserção autônoma das nações ao restringir o leque das alianças e determinar a ação das superpotências, fazendo com que a perda de um aliado obrigasse a uma ação para evitar a supremacia do rival. Sendo assim, haveria a constituição de dois blocos, liderados pelas grandes potências, o que transformaria os demais aliados em meros satélites da vontade hegemônica. Se isto for compreendido como subordinação necessária e estratégica, ou seja, no nível político-institucional, podemos constatar que é verdadeira esta percepção e que ela aponta para a ação genérica dos países. Porém, se analisarmos os diferentes eventos e, até certo ponto, as opções políticas, podemos constatar que os países possuíam uma relativa autonomia (GADDIS, 2005).

No caso da Guerra Fria, certos eventos e mesmo o desenvolvimento das relações entre as grandes potências nos diversos períodos do conflito, possibilitaram, por exemplo, a partir do descongelamento das tensões o nascimento e a afirmação do Movimento dos

Países Não-Alinhados⁵ e do “Consenso de Potências Médias”, o primeiro com a participação cubana inclusive, o que pode significar a existência desta relativa autonomia. Deste modo, alguns países exerceram um razoável grau de autonomia como a Iugoslávia de Tito, o Egito de Nasser, a Índia de J. Nehru e a China de Chu En-Lai e Mao. Em suma, como afirma Gaddis:

O que Nasser demonstrou, portanto- juntamente com Tito, Nehru e Chu En-Lai- foi que ser uma superpotência da Guerra Fria nem sempre era uma garantia de se conseguir o que se queria. Existiam limites ao modo como Moscovo e Washington podiam dispor das potências mais pequenas, porque estas pediam sempre pender para o outro lado, ou pelo menos ameaçar fazê-lo. O próprio ímpeto com que a União Soviética e os Estados Unidos tentavam incorporar esses Estados nas suas órbitas acabava por fornecer aos mesmos os meios de escapar. A autonomia, em circunstâncias que podiam ter parecido adversas, começava a tornar-se possível. Os menos importantes começavam a ter o controle. (GADDIS, 2005, p. 136).

Neste sentido, nos interessa a compreensão das relações cubano-soviéticas, procurando desvendar o grau de dependência ou autonomia relativa, os impactos e efeitos desta sobre Cuba, como discutiremos a seguir.

A relação Cuba - URSS: dependência e autonomia relativa

A Revolução Cubana foi, antes de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou no contexto mencionado e nos marcos da relação dos EUA com a América Latina (AYERBE, 2004; COGGIOLA, 1998). Neste sentido, a referência fundamental do movimento liderado por Fidel Castro estava em J. Martí, herói cubano das lutas de independência, o que se mantém até a atualidade. Além disto, não havia contatos ou apoio com a URSS durante a luta revolucionária, o que só ocorreu em um momento posterior. Portanto, foram as reações americanas às medidas tomadas pelo nascente governo e o contexto internacional que determinaram a aliança cubano-soviética, pois como afirma Wayne Smith⁶, o último embaixador americano na ilha:

⁵ Como afirma Gaddis (2005, p. 132): “O não alinhamento proporcionava aos dirigentes dos Estados do Terceiro Mundo uma maneira de penderem sem cair: a idéia era não assumir qualquer compromisso com nenhum dos lados na Guerra Fria mas deixar em aberto a possibilidade desse compromisso. Assim, se a pressão da superpotência se tornasse demasiado forte, a potência mais pequena podia defender-se ameaçando aliar-se á outra superpotência.”

⁶ Wayne S. Smith é o último diplomata norte-americano a exercer em Cuba o cargo de embaixador. Sem relações diplomáticas desde sua ruptura unilateral com Havana em 3 de janeiro de 1961, Washington sempre se negou a normalizar suas relações com Cuba, apesar do fim da Guerra Fria e da opinião unânime da comunidade internacional. Diplomata de carreira, professor doutor da Universidade de George Washington e professor associado da Universidade Johns Hopkins, ele também é diretor do “Programa Cuba” do Centro para a Política Internacional. É considerado o maior especialista norte-americano das relações entre Cuba e Estados Unidos.

Até a ruptura das relações, em janeiro de 1961, não havia vínculos sólidos entre Castro e a União Soviética. Por certo, houve a visita do diplomata Anastasio Mikoyan a Cuba em 1959, mas não havia então uma relação social entre Moscou e Havana. Eu diria, inclusive, que a aproximação ocorreu definitivamente na véspera da invasão da Baía de Porcos, em abril de 1961. Castro estava a par de todos os preparativos e tinha certeza de que era só uma questão de tempo. No entanto, não pensava que enviaríamos apenas alguns milhares de exilados. Estava convencido de que várias divisões de soldados da marinha se seguiriam ao primeiro desembarque, o que não foi o caso. (...)Cuba se aproximou da União Soviética, em grande parte, por causa de nós, por causa da política dos Estados Unidos. Castro estava convencido – com razão – de que utilizaríamos todos os recursos necessários para derrotá-lo. (SMITH, 2013, n.d.).

Além disto, tais relações forjadas no início dos anos 60 só adquiriram um maior grau de entrelaçamento e dependência na segunda metade desta década, ainda que persistisse certa autonomia. Nos primeiros anos, diversos acontecimentos e debates ocorridos na ilha demonstram que a aliança com a URSS ainda não havia se consolidado e indicam a relativa autonomia. Quanto aos debates, dois marcaram intensamente tal período: um de cunho acadêmico/educacional referente à utilização dos manuais soviéticos para ensino do marxismo em diversas instâncias (Universidades, escolas, forças armadas, etc.), criticados por sua simplificação e dogmatismo do marxismo (PLÁ LEON e ARÓSTEGUI, 2006); o outro, tendo à frente Che Guevara, sobre a organização econômica do país, a adoção da planificação, a diversificação econômica e da política de recompensa material sugeridos pelos técnicos soviéticos (PERICÁS, 2004); e, finalmente, o apoio cubano aos movimentos revolucionários, que discutiremos posteriormente. Apesar disto, o modelo soviético se impôs a medida em que a economia cubana tornou-se dependente da URSS no final dos anos 60 e, principalmente, nas décadas de 70 e 80.

No entanto, foi na Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, que se delineou a dicotomia dependência e autonomia relativa. Depois da sugestão de N. Krushev de instalação de missões nucleares em Cuba, prontamente aceita pela liderança cubana, e do desenvolvimento logístico que permitiu o transporte e instalação parcial em segredo, a descoberta americana e a crise que emergiu colocaram o mundo a beira da hecatombe nuclear, como em nenhum outro momento da Guerra Fria. Na crise, as negociações foram conduzidas exclusivamente pelos líderes das duas superpotências e o acordo resultante, apesar de contemplar parcialmente os interesses cubanos demonstrariam para estes que a URSS não colocaria em risco seus interesses em certas situações. Desta forma, como aponta Acosta (2008, p. 228-229):

A partir de aquella amarga pero aleccionadora experiencia- en que Cuba no fue consultada y tomada en cuenta, como correspondia- en Cuba no se volvió a confiar de igual forma en la capacidad de la dirección política soviética en el manejo de problemas internacionales. (...) hay que tener en cuenta también otra problemática que estuvo en este conflicto y en el conjunto de la política internacional de aquellos momentos: las relaciones de las grandes potencias con los países dependientes y subdesarrollados. Precisamente en ella se puede encontrar una explicación al hecho de que, mientras la solución de la crisis inició un proceso de distensión entre las dos superpotencias, no ocurrió lo mismo entre Estados Unidos y Cuba.

Desta forma, a Crise dos Mísseis conduziu a um, breve, estremecimento das relações cubano-soviéticas que, no entanto, foram aos poucos restauradas e, no final da década, conduziram à dependência do país. Apesar disto, da crise também resultou um relativo grau de autonomia, derivado da atuação da liderança soviética e da constatação de que os interesses cubanos não eram plenamente respaldados por esta.

A dependência cubana pode ser percebida em diferentes planos. *No plano político e ideológico*, como apontamos anteriormente, o estreitamento de laços conduziu à adoção do modelo soviético de socialismo, com sua ideologia e institucionalidade, sufocando as possibilidades de construção de um socialismo autenticamente cubano ou latino-americano, apesar do desejo de algumas lideranças. Isto nos ajuda a compreender o duro golpe, em termos ideológicos, que significou o desaparecimento do bloco soviético, os questionamentos da comunidade internacional em relação ao sistema político do país e o sentido das reformas, ainda que vacilantes, que Cuba tem experimentado nas últimas duas décadas, principalmente depois da ascensão de Raul Castro ao poder. Em suma, a adoção de um modelo que se esgotou na própria URSS demonstraram a necessidade de atualização do ideário socialista, em geral, e do modelo cubano como sua liderança tem reiterado, o que implica em repensar a organização política, econômica e social herdadas⁷.

Neste sentido, concordamos com A. Alonso (2011), eminente intelectual cubano ao afirmar que:

Novamente em Cuba nos vemos obrigados a repensar nossa transição socialista, e o desafio imediato e que mais define o socialismo cubano

⁷ Os debates sobre os problemas e o futuro do socialismo fogem ao escopo deste trabalho e é extremamente amplo, no entanto, consideramos que, embora mantendo os princípios fundamentais das ideias de Marx o socialismo, para conseguir se tornar um projeto político viável e atraente, deve procurar redefinir e atualizar as concepções relativas, entre outras, as noções de teleologia da História, da Revolução, do sujeito revolucionário, do Estado, da construção do socialismo, da organização econômica e política no socialismo, incorporando os novos temas da sociedade contemporânea (meio ambiente, gênero, multiculturalismo, democracia, ...) tal como aparecem nas reflexões de Borón, Amadeo e González (2006), Harnecker (2000), Heredia (1992), Vásquez (2010), Gorender (1999), Borón (2010), Blackburn (1993), Sader (2001) e Boito Jr, Toledo, Ranieri e Trópia (2000), entre outras.

encontrase, de novo, na economia. O dilema se define agora entre a transição de um socialismo fracassado para um socialismo viável, ou a transição para um capitalismo que amavelmente nos aconselham como realizável com “rosto humano”. Porque com o socialismo viável acontece o mesmo que com a democracia participativa: carece de referente concreto; de modo que todos, ou quase todos, queremos isso, mas não sabemos como será, nem por onde começar. Até agora temos mais clareza sobre o que faltou na experiência socialista do que sobre as propostas adequadas para refazê-la. Em qualquer caso, com “rosto humano”, o futuro só poderá ser socialista, porque a lógica do capital acabará sempre engolindo qualquer empenho contínuo de justiça social, de amparo ante a pobreza, de fórmula social equitativa. (ALONSO, 2011, p. 15).

Portanto, a herança de tal relação também implica constatar que se a Revolução Cubana (e sua mística) modificou e inspirou a esquerda latino-americana na segunda metade do século, na atualidade, tal mística já não consegue inspirar e angariar amplos apoios na esquerda continental que procurou redefinir seus valores e estratégias, pois, como aponta Sader:

(...)esta etapa coincide com o final dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e de suas consequências sobre Cuba, onde o aspecto que se destacava em relação a esquerda brasileira é o questionamento do modelo político cubano e, em parte, seu sistema econômico de planificação centralizada (SADER, 1991, p.181).

Neste sentido, começam a se destacar na agenda internacional e na agenda da esquerda em particular, temas relacionados a democracia, direitos humanos, liberdades em geral, que questionam o sistema político adotado na ilha, em que tais valores estão submetidos à lógica da ditadura do proletariado. O que queremos destacar é que a mística revolucionária desenvolvida pela liderança cubana, sofreu uma crise de legitimação com as mudanças no Leste Europeu, que questionam de modo profundo o modelo político cubano ao colocar em sua agenda temas relacionados à democracia, governança, direitos humanos e liberdade, entre outros, fazendo com que a revolução cubana seja analisada de uma forma mais ampla e aprofundando o debate sobre suas realizações e destino.

Além disto, a especificidade da relação de Cuba com a URSS não reproduz, *pari passo*, o modelo das relações soviéticas com seus aliados do Leste Europeu. Mesmo quando consideramos a necessidade daquela transformar Cuba numa vitrine americana do socialismo, podemos constatar que a interferência soviética não era absoluta. Neste sentido, vale destacar que a direção cubana não era manipulada como nos países da

Europa Oriental, ou seja, Cuba pertenceu à comunidade socialista, mas não sofria o mesmo grau de ingerência dos países orientais (SADER, 2001).

Vários exemplos, já mencionados, podem ser apontados neste sentido: o papel subordinado que o PSP, partido comunista local, ocupou tanto no processo revolucionário liderado por Castro e pelo M-26, como na etapa posterior em que suas práticas várias vezes foram classificadas e denunciadas como sectaristas⁸; o apoio cubano aos processos revolucionários, inclusive iniciativas de “exportação da revolução”, muitas vezes apesar das orientações contrárias da liderança soviética (a guerrilha do Che na Bolívia, o apoio à revolução sandinista, o apoio intenso às lutas de libertação no continente africano), e a atitude cambiante do relacionamento entre 1985 e 1991, com posturas diferenciadas em relação aos rumos da *Perestroika* na URSS e ao processo cubano de “retificação dos erros e posturas negativas”, que aumentavam a distância entre as lideranças. Soma-se a isto o fato de que a URSS não entrou em Cuba por conta própria, ou seja, com o apoio do Exército Vermelho, como nos outros países do Leste Europeu, mas sim a partir da iniciativa local e de maneira acordada e, até certo ponto, controlada pela liderança da ilha.

No plano econômico, a análise de tal relação é mais complexa e ambígua. A dependência da economia cubana tem percorrido um caminho histórico, em que se mantém sempre muito concentrada a sua relação econômica, principalmente o comércio exterior; inicialmente com Espanha, depois EUA e, finalmente, URSS. Neste sentido, a ligação do país com uma potência não é algo novo ou singular, mas um processo que nasce no período de colonização e se mantém, com seus limites e potencialidades durante a Guerra Fria. Assim, toda a economia colonial cubana esteve ligada às necessidades da Metrópole, neste caso Espanha, o que a marcou profundamente, com a produção voltada para o tabaco e o açúcar, elementos constituintes da cultura cubana⁹. Tal relação como se sabe foi uma das mais duradouras da expansão colonial europeia, persistindo até o final do século XIX quando Cuba consegue tardiamente, depois de duas guerras de afirmação da soberania, sua independência.

Este padrão de ligação concentrada com um grande centro se mantém no período posterior à independência, sendo um elemento fundamental para pensar o grande conflito pós-revolucionário, devido à sua ligação com os EUA, na esteira do pan-americanismo e da doutrina Monroe. Neste período haviam, inclusive, grupos ou tendências que

⁸ Neste sentido é emblemática a expulsão e o exílio forçado de um dos principais nomes envolvidos neste processo, Aníbal Escalante, que havia sido um dos principais líderes do partido comunista local, o PSP (AYERBE, 2004).

defendiam abertamente a “solução anexionista”, apontando para a necessidade de Cuba se transformar em mais um estado americano. Além disto, inúmeros dados do período pré-revolucionário apontam o elevado grau de dependência cubana como o estabelecimento da Emenda Platt¹⁰, o fato de que 85% da exportação e 75% da importação eram realizadas com este país e a presença maciça de capitais americanos nos principais setores do país (ANCONI, 1998).

Sua relação com a URSS desenvolveu o que Bandeira (1997) denomina de “socialismo dependente”¹¹, transferindo sua dependência para esta superpotência e mantendo a condição de fornecedora de açúcar.

Mesmo assim, como aponta Santiago Pérez (1990), tal relação também apresenta uma singularidade, quando comparada com os períodos anteriores, devido ao estabelecimento de parâmetros específicos, orientados por: uma base quinquenal de acordos; execução deste através de órgãos centrais, preços ajustáveis de produtos como açúcar, níquel e cítricos que compunham o grosso das exportações cubanas; relação baseada no rublo transferível; cobertura do déficit comercial com créditos; e concessão de créditos para o desenvolvimento de certos setores da indústria. Em suma, haveria um padrão novo na relação comercial cubana com o parceiro prioritário, que neste caso significa que as relações eram mais vantajosas pois haveria uma identidade ideológica e uma responsabilidade histórica da liderança soviética com a independência de uma nação, sendo necessária a afirmação de sua hegemonia e para a expansão do seu sistema.

Em 1964, os países firmaram um convênio comercial, que estabelecia o compromisso por parte da URSS de comprar determinados volumes de açúcar, entre 1965 e 1970, e também com outros países socialistas que garantiram um mercado estável, com preços sem oscilações do mercado internacional, ao açúcar cubano. Desta forma, o açúcar propiciaria os recursos externos necessários e serviria para a execução

⁹ Ver neste sentido, entre outros, o clássico cubano de Fernando Ortiz “Contrapunteo del tabaco e del azucar” que aponta a influência destes elementos na definição da cultura cubana.

¹⁰ Tratava-se de um anexo a Constituição Cubana que previa a possibilidade dos EUA intervirem na ilha quando os seus interesses estivessem ameaçados.

¹¹ Como afirma Bandeira: “... ao pretenderem mudar o modo de produção capitalista e saltar para o socialismo sem modificar a estrutura predominantemente agroexportadora do país e o padrão de sua inserção no mercado mundial, que se assentava na troca de commodities por manufaturas. O projeto de industrialização, acalentado nos primeiros anos da revolução por Ernesto Che Guevara, frustrou-se na medida em que Cuba se integrou a comunidade econômica do Bloco Socialista, subordinando-se a divisão internacional do trabalho que o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (COMECON), sob a direção da URSS, planejava e estabelecia. Assim, o governo revolucionário, ao entrar em conflito com os EUA naquele contexto da Guerra Fria e da bipolaridade internacional de poderes, apenas transferiu a dependência econômica de Cuba, de tipo neocolonial, dos EUA para a URSS, da qual continuou como simples fornecedora de açúcar. *A grande contradição de Fidel Castro, ao defender a independência nacional de Cuba, foi deixar que a Revolução enveredasse pelo caminho do socialismo dependente* (BANDEIRA, 1996, p. 3, grifo nosso)”.

de um plano de desenvolvimento. Com base nestas premissas, foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento Açucareiro, que culminaria com uma produção de 10 milhões de toneladas em 1970.

Os estreitos laços com a URSS desestimularam os esforços para a diversificação das atividades produtivas, apesar do processo de retificação. A URSS condicionou fortemente as atividades econômicas cubanas garantindo preços superfaturados do açúcar (que mesmo assim eram mais baratos que os esforços soviéticos para produzi-lo em quantidade adequada), facilitando o crédito comercial, como afirmamos anteriormente, e compensando os déficits nas transações externas cubanas. Desta forma, o sistema funcionou como um ciclo vicioso, mantendo Cuba especializada na produção do açúcar, que representava 80% de suas exportações no período, propiciando a manutenção da dependência e se mostrando catastrófico com o fim destes laços.

O caso do petróleo, por sua importância e impacto é ilustrativo desta situação Segundo Mesa-Lago (1998), a URSS fornecia ao país mais do que esse necessitava e a preços subsidiados, e Cuba reexportava o excedente a preços do mercado internacional, o que chegou a representar 4% das divisas da ilha. Tal aporte teve uma queda de aproximadamente 80% em relação a 1989. Portanto, podemos observar que tal opção gerou uma situação em que, ao final dos anos 80, mais de 85% do intercâmbio comercial cubano estava vinculado à CAME e ainda no início dos anos 90, cerca de 40% dos alimentos de consumo, além do petróleo a preço preferencial, eram importados da URSS. Além disto, “Cuba tinha recebido de subsídios, U\$ 5,3 bilhões em 1989. Este dinheiro era distribuído nos setores de saúde, educação, transportes e defesa, dos quais, U\$ 1,3 bi destinavam-se á defesa e o restante aos demais setores. (...)Cuba custava U\$ 13 milhões por dia aos soviéticos e estes subsídios significavam 30% do PNB cubano” (ALMENDRA, 1998, p. 136).

O resultado foi desastroso, pois esta aproximação levou o país a perpetuar o atraso tecnológico e a manter um nível de produtividade inferior aos países ocidentais, apesar da qualificação de sua mão de obra. Quando estes laços se rompem, o comércio internacional cubano ficaria reduzido a cerca de 30% do que era antes (ALMENDRA, 1998; MESA-LAGO, 1998, CEPAL, 2000).

Embora mantendo o aspecto dependente, esta experiência resultou mais positiva que as anteriores, considerando-se o desenvolvimento humano. Atualmente, Cuba possui uma população mais educada, não existe analfabetismo e a educação é obrigatória durante nove períodos; existem altos níveis de qualificação técnica – por exemplo, na

indústria se conta com um graduado para cada quinze empregados e um técnico para cada oito; e a esperança de vida é semelhante a dos países desenvolvidos, assim como alguns índices de saúde (SADER, 2001).

Além da crise econômica, os laços cubano-soviéticos determinaram a organização econômica do país ao adotar o modelo soviético, dificultando, ainda hoje, sua recuperação. A centralização econômica, fundamentada no planejamento centralizado e, no caso soviético na retribuição material do trabalho, ao invés de contribuir para o desenvolvimento material e a consciência social, geraram escassez de mercadorias, dificuldade de desenvolvimento, descompromisso com o trabalho, ou seja, dificultaram o desenvolvimento econômico a longo prazo, a incorporação de novas tecnologias e a capacidade de iniciativa, criatividade e inovação dos indivíduos. Economicamente as bases do socialismo soviético não se mostraram tão dinâmicas e nem foram capazes de gerar maior riqueza do que o capitalismo:

A falha básica das economias de tipo soviético, ao que parece, reside na imperfeição dos vínculos entre as decisões microeconômicas e decisões macroeconômicas- ou para dizer o mesmo em outras palavras, na inexistência de um sistema equilibrado para determinar o tempo socialmente necessário de dedicação ao trabalho. (...) Um dos problemas básicos a resolver é o desenvolvimento da microeconomia socialista- a criação de mecanismos que levem as empresas a avaliar de modo pleno e adequado à necessidade social e os custos sociais, em vez de se comportarem de modo egoísta e estreito. (BLACKBURN, 1993, p. 169-170).

Em outro plano, mais sensível, como *a questão militar*, e devido às pressões sofridas por Cuba por parte dos EUA, as vantagens foram efetivamente maiores que em outras áreas, tendo o país recebido ajuda além de suas possibilidades. Ou seja, além do aspecto econômico, a URSS servia como um guarda-chuva de defesa, fornecendo para isto inúmeros armamentos e equipamentos que o país solicitava e que possibilitaram a presença cubana em conflitos na África ou na América Central¹², além de sua capacidade real. Além da proteção frente aos EUA, tal apoio converteu o país numa das principais potências militares da América Latina, considerando a qualidade do equipamento, o treinamento e a capacidade de intervenção em conflitos múltiplos e de diferentes naturezas (guerras convencionais, operações especiais, guerra de guerrilhas, etc). Como

¹² Segundo Dominguez (1990), Cuba havia atuado, civil ou militarmente, nos seguintes países: Chile, Peru, Panamá, Nicarágua, Jamaica, Guianas, Granada, Suriname, Argélia, Líbia, Etiópia, Uganda, Tanzânia, Seichelhes, Zâmbia, Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Zimbábue, Congo, Nigéria, Benin, Burkina Fasso, Madagascar, Burindí, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné Bissao, Cabo Verde, Serra Leoa, Máli, Iêmen do Sul, Síria, Iraque, Vietnam, Laos e Camboja.

aponta Dominguez (1998), não havia na região forças armadas capazes de igualar a habilidade, a experiência e a complexidade técnica do exército revolucionário cubano e de suas forças aéreas. Isto só foi possível porque a proteção soviética se realizava através do fornecimento gratuito ou a preços baixos de armas, o que possibilitou a modernização e o desenvolvimento de equipamentos disponíveis, além dos subsídios que permitiram o envio de tropas ao exterior, atingindo seu auge no início dos anos 80.

Não á toa que, com a queda do bloco soviético entre 1989 e 1991, o país repatriou as tropas que combatiam no exterior e que, segundo Raul Castro, conduziram um total aproximado de 300 mil cubanos em lutas na África, principalmente, e Ásia e América Latina, ao longo dos anos 70 e 80. Em setembro de 1989, foi completado o processo de retirada da Etiópia; em março de 1990 ocorreu a volta dos militares da Nicarágua; em maio de 1991 retornaram as tropas de Angola; e entre 1990 e 1991 retornaram tropas e assessores militares cubanos de vários outros países.

Em 1992, o país anunciou que havia deixado de desenvolver apoio militar a movimentos revolucionários que buscavam derrubar governos em outros países, recolhendo, quase que totalmente, suas tropas no exterior devido a dificuldades de financiamento e aos empecilhos que isto poderia gerar na necessidade de aproximação com outras nações e com a comunidade internacional. Além disto, o país deixou de receber armamento gratuito da Rússia, diminuindo a frequência e o alcance de seus exercícios militares.

Entre 1989 e 1995, o total de gastos militares e de segurança interna foi cortado em cerca de 45%, diminuindo seu efetivo a aproximadamente 65 mil homens. Para facilitar esta redução e compensar as reduzidas pensões, o governo incentivou o emprego de ex-oficiais em companhias semiprivadas, principalmente na rede hoteleira (DOMINGUEZ, 2004)¹³.

Além de possuir uma tropa extremamente profissional, os militares cubanos passaram a atuar internamente nos setores mais dinâmicos da economia e adquiriram um expressivo peso na política interna. Já Dominguez (2004), apontava que a maioria dos oficiais militares cubanos são membros do PCC, dois são membros-chave do Conselho de Ministros (Raul Castro e Abelardo Colomé) e representavam, em 1997, 17% do Comitê Central do PCC. Mesmo sofrendo com a queda do bloco soviético as FAR, como

¹³ Em 1994, ocorreu um processo de reforma das forças armadas cubanas redefinindo seu papel internamente. Desta forma, as FAR passaram a atuar intensamente no processo de reformas do país. No ano de 2005, o exército cubano controlava 322 empresas, algumas entre as maiores e mais rentáveis do país, sendo responsável por 20% dos assalariados e 89% das exportações da ilha (CAROIT, 2006).

reconhecem Mesa-Lago (2012) e Alzugaray (2008), se tornaram uma das instituições fundamentais do processo político do país e para os rumos que o socialismo cubano pode tomar neste novo século.

Se as dimensões anteriores demonstram o grau de dependência de Cuba em relação à URSS, é no *plano internacional* que podemos observar a relativa autonomia do país em relação à superpotência. Como aponta Chaves (1990, p. 155), para a compreensão destas relações e da projeção exterior da política cubana, cabe destacar que “Cuba não é um satélite soviético, pois tem capacidade de ação independente a partir de interesses objetivos próprios, porém está limitada em última instância pela dependência econômica e militar da URSS”¹⁴. Ou seja, havia uma inter-relação de interesses em que à URSS interessaria estender sua influência e poder no mundo e à Cuba tal apoio permitiria sua sobrevivência econômica e a projeção externa através do apoio nas lutas do Terceiro Mundo, aumentando sua capacidade de influência regional e o apelo aos ideais defendidos por sua revolução.

Desta forma, superando análises superficiais, pode-se destacar que o país possuía certo grau de autonomia na elaboração e na execução de sua política externa, afirmando desta forma os seus próprios interesses. Isto fica evidente quando se observa a ação de Cuba em relação a alguns temas, e a diferença de sua postura em relação a dos soviéticos. O caso emblemático aqui é o envolvimento de Cuba no fomento aos movimentos guerrilheiros e revolucionários na América Latina e na África. Ainda, a participação e as posições adotadas por Cuba no interior do Movimento de Países Não-Alinhados (MNA). Apesar da aliança com a URSS, o país se tornou um líder ativo do movimento, sediando uma conferência deste movimento em 1979, e assumindo sua direção¹⁵.

Deve-se também levar em conta a atitude diferenciada adotada durante a crise dos mísseis, as discrepâncias comerciais, principalmente no interior da CAME, entre os dois países; e finalmente, as diferenças de política interna que se evidenciaram nos anos 80,

¹⁴ Segundo ele, a participação cubana nos conflitos regionais deve ser entendida da seguinte forma: Cuba atua como potência em política exterior, muito acima de suas possibilidades naturais ou econômicas graças ao apoio material e interesse soviético; Cuba mantém sua política de promover a revolução e a instabilidade e as mudanças sociais, mudando a forma e as vias para sua execução; Cuba varia sua política regional para manter a revolução, coexistir com os EUA e cumprir determinados objetivos; e, os conflitos regionais devem ser inseridos na complexa situação em que são gestados: hegemonia americana, presença cubana-soviética e problemas econômicos e sociais de cada país (CHAVES, 1990).

¹⁵ As conferências realizadas por este movimento até o início de sua decadência e a perda de capacidade política foram: Belgrado (1961), Cairo (1964), Lusaka (1970), Argel (1973), Colombo (1976), Havana (1979), Nova Délhi (1983) e Harare (1986). O número de países que participaram destes encontros foi crescente, passando de 25 na primeira conferência para 101 na última. Cuba foi o único país da América Latina que participou plenamente desde o início do movimento.

em que a URSS opta por um processo de reformas tendo como base a *Perestroika*, e Cuba adota a política de retificação de erros que, como apontamos anteriormente, procurava eliminar ou diminuir a influência dos mecanismos de mercado (CHÁVES, 1990). Ou seja, podemos compreender que a relação cubano-soviética era determinada pela inter-relação de interesses, em que à superpotência interessava estender sua influência e poder em diferentes partes do globo, enquanto que à Cuba tal relação era importante ao garantir proteção militar, ajuda econômica que permitia o seu desenvolvimento e a possibilidade de apoiar materialmente os movimentos revolucionários no Terceiro Mundo.

Esta inter-relação de interesses faz com que a atuação externa cubana tenha como outra característica fundamental o fato de que “Cuba atua como potência em política exterior, muito acima de suas possibilidades naturais ou econômicas, graças ao apoio material e ao interesse soviético em desenvolver esta política” (CHÁVES, 1990, p. 157). Desta forma, pode-se destacar que apesar de não possuir os recursos necessários para se tornar uma potência grande ou média, o país obteve uma atuação externa que pode ser considerada ativista e global, destacando-se como um ator importante no cenário internacional, agindo em diferentes e distantes regiões do planeta, assim como nos fóruns internacionais e, em casos e momentos específicos, participando de eventos decisivos na América Latina (BANDEIRA, 1998; DOMINGUEZ, 1998).

Tal atuação foi aprimorada quando o governo cubano decidiu atender ao pedido de ajuda do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na guerra civil que se instalou no país em 1975-1976, enviando cerca de 40 mil soldados e tornando vitoriosa a causa deste movimento¹⁶. Também em outros países africanos ocorreu a presença de forças cubanas. A consequência disto é que as vitórias cubanas não poderiam ser possíveis sem o apoio soviético, da mesma forma que as vitórias e a ampliação da influência soviética no continente não seriam possíveis sem as forças cubanas. Neste sentido, Cuba prestou ajuda material a revolucionários na maioria dos países centro-americanos e andinos, aos que lutaram contra o império português na África e também a governos revolucionários amigos como no Congo, Argélia e Vietnã do Norte.

Em janeiro de 1966, Cuba foi anfitriã de uma conferência tricontinental, a partir da qual foram fundadas a Organização para a Solidariedade com os Povos de África, Ásia e

¹⁶ Para uma análise da importância e das motivações da presença cubana em Angola sob a ótica da liderança cubana ver, entre outros, a declaração de Fidel Castro “Angola conto y contara con nuestra ayuda en su marcha hacia el socialismo” e “Nuestra política no puede ser jamás la de promover conflictos entre los pueblos de África” e de Juan Almeida Bosque “Cuba reitera su respaldo decidido al derecho de Namibia de ser independiente” (citado por PCUS, 1982, p. 209-255).

América Latina (OSPAAL) e a Organização de Solidariedade Latino-americana (OLAS). Com base em Havana e pessoal cubano, ambas prestaram apoio a movimentos revolucionários e se fundamentavam na crítica a grupos que não recorriam à luta armada para alcançar a vitória revolucionária, como os partidos comunistas, mesmo que estes seguissem a orientação de Moscou. Neste sentido, destaca-se o conflito com o Partido Comunista da Venezuela, quando este propôs o abandono da luta guerrilheira e a reintegração a política formal em 1967.

Tal política, porém, provocou rachaduras, ainda que temporárias, nas relações cubano-soviéticas. Além do conflito provocado pelo papel dos partidos comunistas próximos de Moscou no apoio à luta armada; líderes cubanos, especialmente Che Guevara enquanto ministro, criticaram a URSS por seu comportamento de superpotência e a miserável ajuda que prestava à revolução cubana e outros movimentos revolucionários. Neste sentido, a liderança cubana procurava enfatizar que havia recolhido a bandeira da revolução, abandonada pela URSS. Da mesma forma, na crise dos mísseis em 1962, a liderança cubana, Fidel Castro especialmente, ficou furiosa por não ter sido consultada para o acordo que se seguiu entre as duas potências. Ainda nos anos 60, quando ocorreu o problema do sectarismo, com Aníbal Escalante, e a tentativa de hegemonia dos antigos quadros comunistas nas organizações revolucionárias, a URSS diminuiu o ritmo de entrega de produtos ao país, agravando o racionamento, e retirou inúmeros técnicos deteriorando as relações, o que só foi superado pelo apoio público e original dado por Fidel Castro à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia em 1968, e sua visita posterior à URSS (SZULC, 1987; BANDEIRA, 1998).

Nesta perspectiva o reconhecimento da relativa autonomia pode ser constatado no depoimento de Dobrynin, ex-embaixador soviético nos EUA, ao afirmar que:

Cometemos um erro grave ao envolvermo-nos no conflito entre a Somália e a Etiópia e na guerra em Angola. A intervenção de tropas cubanas, o nosso fornecimento de equipamento militar para essas zonas e sobretudo a nossa ponte aérea para o colocar lá, convenceram os americanos de que Moscou lançara uma grande ofensiva contra eles pelo domínio da África. Embora não fosse efetivamente o caso, os acontecimentos afetaram profundamente a détente. (GADDIS, 2005, p. 211).

A política externa cubana conseguiu de forma eficaz assegurar a sobrevivência do regime revolucionário e obter os recursos de que necessitava da URSS. Além disto, influenciou muitos governos africanos e latino-americanos, sem contudo conseguir

aprofundar a onda revolucionária do início dos anos 60 e instaurar governos revolucionários duradouros na América Latina. Seus líderes chamaram a atenção do mundo; sua política externa era observada com atenção por grande parte dos países do mundo e seu povo poderia ser encontrado em todos os continentes. O cenário da revolução cubana se tornou um fato universal porque suas preocupações e sua política afetavam amigos e inimigos seus em muitos países (DOMINGUEZ, 1998).

Além disto, algumas diferenças entre os dois países parecem reforçar a relativa autonomia e nos ajudam a compreender a sobrevivência do regime cubano: a origem de natureza do processo revolucionário, o nacionalismo, o papel e a presença das lideranças do partido e as bases de comparação de suas realizações na América Latina e Caribe (SADER, 2001).

No entanto, a Guerra Fria ainda continua determinando a política interna e internacional do país, pelo menos, relativamente. A face mais visível continua sendo a conflitiva relação com os EUA e o aprofundamento do embargo americano. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria parece explicar esse comportamento americano mesmo após a queda do bloco soviético, pois como afirma o ex-embaixador americano em Cuba:

Os anos se passaram e ainda estamos na mesma situação absurda. Sempre me pergunto quais são as razões que nos impedem de sentar à mesa de negociações e falar sobre nossas diferenças para encontrar uma solução para esse conflito que já dura tanto. Conversamos com os chineses e temos relações diplomáticas e comerciais perfeitamente normais com aquele país. Nós, inclusive, normalizamos nossas relações com o Vietnã, contra quem travamos uma guerra sangrenta, na qual perdemos mais de 50.000 soldados! Hoje o mundo é diferente. (SMITH, 2013, n.d.).

Conclusão

Ao longo deste texto procuramos compreender as relações entre Cuba e URSS nos marcos da Guerra Fria. Desta forma, além de refletir sobre a natureza - um conflito intersistêmico - e dinâmica de tal conflito que determinou o cenário mundial na segunda metade do século, podemos constatar que para Cuba a lógica de tal conflito parece persistir, apesar do desaparecimento do bloco soviético. Tal persistência parece ser evidente seja pela manutenção de aspectos relativos à organização política e econômica na sociedade cubana e, principalmente, pelo tratamento que a questão cubana recebe no

cenário internacional (político ou acadêmico), além do aprofundamento do bloqueio estadunidense.

Apesar disto, como demonstramos, as relações com a URSS foram fundamentais para a Revolução Cubana, contribuindo para sua sobrevivência, desenvolvimento e consolidação. Propiciaram ao país recursos ideológicos, econômicos e militares que conduziram o país a um papel importante nas relações internacionais na segunda metade do século XX, e impactaram positiva e negativamente seu desenvolvimento.

Tal relação oscilou como procuramos demonstrar, entre a dependência, majoritária e abrangente, e a autonomia relativa, específica, mas importante. No primeiro caso, a extrema concentração dos laços econômicos, militares e ideológicos com a URSS manteve o padrão de desenvolvimento dependente, algo que só pode ser compreendido nos marcos da Guerra Fria e das limitadas opções que propiciava. Tal dependência é fundamental para explicar a profunda crise econômica e social que se abateu sobre Cuba quando os laços foram involuntariamente rompidos, bem como as dificuldades de recuperação e de aprofundamento das reformas neste novo século.

Por outro lado, procuramos demonstrar que, se o contexto não permitiu outras opções, em aspectos e situações específicas, como na esfera internacional, Cuba procurou desenvolver uma autonomia relativa em relação a URSS, como demonstra seu envolvimento no bloco de países não-alinhados e, principalmente, seu apoio e envolvimento com movimentos revolucionários e anti-colonialistas na África e América Latina, mesmo contrária à orientação soviética.

Tal relação ainda precisa ser exaustivamente analisada e um balanço global constitui-se num instigante desafio. Não apenas pela sua história e dinâmica, mas porque o custo da relação cubano-soviética foi enorme e o socialismo cubano enfrenta, ainda hoje, os desafios de tal relacionamento, como pode ser observado pela manutenção da lógica da guerra fria por parte dos EUA e de boa parte da comunidade internacional. Além disto, da superação das amarras, vícios e influências herdadas, em suma, da superação do socialismo soviético depende o futuro do socialismo cubano.

Referências

ACOSTA, T. D. **Octubre de 1962: a un paso del holocausto**. La Habana: Editora Política, 2008.

- ALMENDRA, C. C. **A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu.** In COGGIOLA, O. *Revolução Cubana: história e problemas atuais.* São Paulo: Xamã, 1998.
- ALONSO, A. **Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos.** In Revista de Estudos Avançados/USP, São Paulo, 2011, vol.25, n.72, pp. 7-18.
- ALZUGARAY TRETO, C. **Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI - uma abordagem a partir da ilha.** In: Relações Internacionais, IPRI, Lisboa, março de 2007, pp. 89-104.
- ANCONI, E. Antecedentes históricos de uma revolução anunciada. In: COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: história e problemas atuais.** São Paulo, Ed. Xamã, 1998.
- AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as nações.** Brasília: Unb/Ipri, 2001.
- BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BANDEIRA, L. A. M. **Cuba: do socialismo dependente ao capitalismo.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 1996, vol. 39, n. 1.
- BLACKBURN, R. **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BOITO JR, TOLEDO, RANIERI e TRÓPIA; A., C. N., J. J. e P.V. **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações.** São Paulo: Xamã, 2000.
- BORÓN, A. **O socialismo do século XXI.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BORÓN, A.; GONZÁLES; A., J. e S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CEPAL. **La economia cubana.** México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- CHÁVES, Ernest R. La proyección exterior de Cuba hacia América Latina en la llamada cubanología. **Cadernos de Nuestra América.** La Habana, vol. II, n. 14, jul. 1990.
- COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: história e problemas atuais.** São Paulo: Xamã, 1998.
- DOMÍNGUEZ, Esteban Morales. **Variables fundamentales Del conflicto Cuba-EUA en los umbrales Del siglo XXI.** Análisis de Coyuntura. La Habana, n. 11, p. 50-79, dezembro, 1998.
- DOMÍNGUEZ, J. I. **La política exterior de Cuba y el sistema internacional.** In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. *América Latina en el nuevo sistema internacional.* Barcelona: Bellaterra, 2004, pp. 255-286.
- GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria.** Lisboa: Edições 70, 2005.
- GORENDER, Jacob. **Marxismo sem Utopia.** São Paulo: Ática, 1999.
- HALLIDAY, Fred. **A Guerra Fria e seu Fim: consequências para a Teoria das Relações Internacionais.** In Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 1, jun. 94, pp. 53-73.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando As Relações Internacionais.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível- a esquerda no limiar do século XXI.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HEREDIA, Fernando Martinez. **El Che y el socialismo.** Buenos Aires: Dialectica, 1992.
- HERZ, Mônica. **Teorias das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria.** In Revista Dados, Rio de Janeiro, vol 40, nº 2, 1997.
- HOBSBAWN, E. **A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAGARLITSKY, Boris. **A desintegração do monolito.** São Paulo: Unesp, 1993.

- MESA-LAGO, Carmelo. **Hacia una evaluación de la actuación econômica y social em la transición cubana de los años noventa**. América Latina Hoy, Salamanca, n. 18, p. 19-39, marzo, 1998.
- MESA-LAGO, C. **Cuba en la era de Raúl Castro - reformas económico-sociales y sus efectos**. Madri: Ed. Colibri, 2012.
- MORAIS, Fernando. **Os últimos soldados da Guerra Fria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PLÁ LEON e ARÓSTEGUI, R. e M. **Marxismo y Revolución**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980.
- PERICÁS, L. B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.
- PISANI, M. E. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciencias Sociales, 2002.
- SADER, E. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SALAZAR, L. S. **El siglo XXI: posibilidades y desafíos para la revolución cubana**. La Habana: Ciencias Sociales, 2000.
- SZULC, Tad. **Fidel: um retrato crítico**. Best Seller, 1987.
- SMITH, W. **“EUA sempre rechaçam diálogo cubano, diz último embaixador norte-americano em Havana”** (Entrevista). In Opera Mundi, jornal eletrônico, 20 e 21/07/2013 (acessado em 02/08/2013).
- VÁZQUEZ, A. S. **O valor do socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Recebido em Agosto de 2013.

Publicado em Agosto de 2013.